

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Da Sra. PROFESSORA ROSA NEIDE)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo (MEC) para que o Conselho Nacional de Educação (CNE) se posicione sobre as denúncias de desmonte do INEP e de interferência no ENEM, debruçando-se sobre a lisura e compatibilidade do exame com as diretrizes nacionais e suas repercussões sobre a organização do Ensino Médio Brasileiro.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 113, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo que o Conselho Nacional de Educação (CNE) se posicione sobre as denúncias de desmonte do INEP e de interferência no ENEM, apreciando a lisura da avaliação e suas repercussões sobre a organização do Ensino Médio Brasileiro.

Sala das Sessões, em de novembro de 2021.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professora Rosa Neide
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216183703900>



INDICAÇÃO Nº , DE 2021
(Da Sra. PROFESSORA ROSA NEIDE)

Sugere que o Conselho Nacional de Educação (CNE) se posicione sobre as denúncias de desmonte do INEP e de interferência no ENEM, debruçando-se sobre a lisura e compatibilidade do exame com as diretrizes nacionais e suas repercussões sobre a organização do Ensino Médio Brasileiro.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP tem hoje o quinto Presidente ao longo de três anos de governo do presidente Jair Bolsonaro. A falta de estabilidade institucional na condução do órgão preocupa gravemente a sociedade, dada a importância do Instituto, que é o principal responsável por avaliações e indicadores da educação brasileira.

O trabalho do Inep tem impacto direto na vida de milhões de cidadãos e na estruturação de políticas públicas da Educação.

O Presidente do Inep esteve nesta comissão de Educação na última semana e demonstrou insegurança e despreparo na relação com os parlamentares, não sendo capaz de dar os necessários esclarecimentos à sociedade sobre a realidade do órgão e das avaliações em andamento, o que enseja crescente atenção dos diferentes órgãos e instituições que cuidam da educação brasileira, entre elas, obviamente, o Conselho Nacional de Educação (CNE).

O CNE tem editado Pareceres e Resoluções tratando das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular e, portanto, sem dúvida, tem preocupações com a dinâmica do Enem e com os conteúdos, princípios e fundamentos definidos na legislação nacional e nas diretrizes do próprio Conselho, indispensáveis para orientar as políticas públicas educacionais pelo país.

Já são cerca de 37 servidores que pediram exoneração relatando que a condução da elaboração e aplicação do ENEM está se dando de forma arbitrária e sem escuta de técnicos do Inep e alertando que isso tem trazido risco à aplicação do exame. Demitiram-se, também, após denúncias de pressão psicológica e vigilância velada na elaboração do Enem, relatando a incompetência dos dirigentes na condução do Inep.



É muito grave que servidores venham chamando atenção para a fragilidade técnica na atual gestão máxima e para um processo de desmonte do Instituto, que não é admissível.

Às graves situações que já são de domínio público, há a clara intenção do governo, por diversas vezes, de promover interferência no conteúdo das provas. Sobre isso, na segunda-feira (15/11), de acordo com o presidente Jair Bolsonaro, foi ratificado que as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) estão começando “a ter a cara do governo”. “[A prova] começa a ter a cara do governo as questões da prova do Enem. Ninguém [precisa ficar] preocupado com aquelas questões absurdas do passado, de cair um tema de redação que não tinha nada a ver com nada. É realmente algo voltado para o aprendizado”, afirmou Bolsonaro. Essa situação é mais um dos absurdos que desacreditam o Enem e precisa ser esclarecida. Além do que, se pode haver ingerência indevida, censura e ataques sobre as avaliações, o precedente está dado em relação ao próprio CNE.

Neste momento, é fundamental que os diversos órgãos comprometidos com a educação sejam chamados a sua responsabilidade por sua relação direta com todas essas questões que vêm maculando o Enem e o Inep, o Ensino Médio Brasileiro e o direito dos estudantes. Não é demais, dada a gravidade da crise, que o CNE venha a cogitar analisar a prova, o banco de itens (ouvidos os pesquisadores e técnicos do Inep) e, por consequência, venha a questionar questões que confrontem a legislação nacional, a pesquisa e a ciência com vistas a, em última instância, ratificar a credibilidade acadêmica do Enem.

Consideramos, assim, necessário que o Conselho Nacional de Educação (CNE) se posicione sobre as denúncias de desmonte do INEP e de interferência no ENEM, debruçando-se sobre a lisura e compatibilidade do exame com as diretrizes nacionais e suas repercussões sobre a organização do Ensino Médio Brasileiro.

É fundamental assegurar segurança e credibilidade em relação ao percurso pedagógico de milhões de estudantes pelo país e em relação às instituições de ensino que ofertam essa etapa da Educação Básica e que devem estruturar suas propostas pedagógicas, também, a partir de referências, como o Enem e as Diretrizes Nacionais, absolutamente correlacionadas.

Sala das Sessões, em de novembro de 2021.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE

